



# **Atuação da Psicologia no SUAS: Percepções sobre Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Comunitário**

Psychology Performance at SUAS: Perceptions about Human Development and Community Development

La Actuación de la Psicología en el SUAS Psicología en el SUAS: Percepciones sobre Desarrollo Humano y Desarrollo Comunitario

**Claudia de Godoi Ferreira de Almeida**

**Rafael Bianchi Silva**

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR, Brasil

---

## **Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar a percepção de psicólogos(as) com experiência de atuação em serviços de Proteção Social Básica (PSB) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) acerca processos de desenvolvimento humano e comunitário, bem como suas possíveis articulações com o trabalho realizado nos serviços em que atuam. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com seis psicólogas atuantes em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em diferentes municípios da região norte do Paraná. Foi possível observar que, mesmo diante de dificuldades e limitações, prevalece nos relatos das psicólogas o entendimento que de os serviços PSB são espaços potenciais para o fomento a processos de desenvolvimento humano e desenvolvimento comunitário.

**Palavras-chave:** SUAS; Desenvolvimento humano; Desenvolvimento comunitário; Psicologia.

## **Abstract**

This article aims to analyze the perception of psychologists with experience of working in Basic Social Protection (PSB) services of the Unified Social Assistance System (SUAS) about human and community development processes, as well as their possible links with the work carried out in the services in which they operate. For this, semi-structured interviews were conducted with six psychologists working in Reference Centers for Social Assistance (CRAS) in different municipalities in the northern region of Paraná. It was possible to observe that, even in the face of difficulties and limitations, psychologists' reports prevail the understanding that PSB services are potential spaces for the promotion of human development and community development processes.

**Keywords:** SUAS; Human development; Community development; Psychology.

## **Resumen**

El objetivo de esta investigación es analizar la percepción de psicólogos con experiencia de trabajo en los servicios de Protección Social Básica (PSB) del Sistema Único de Asistencia

Social (SUAS) sobre sobre los procesos de desarrollo humano y comunitario, así como sus posibles vínculos con el trabajo realizado en los servicios en los que operan. Para ello, se realizaron entrevistas semiestructuradas con seis psicólogos que laboran en los Centros de Referencia de Asistencia Social (CRAS) en diferentes municipios de la región norte de Paraná. Se pudo observar que, incluso ante las dificultades y limitaciones, los informes de los psicólogos prevalecen en el entendimiento de que los servicios de PSB son espacios potenciales para la promoción del desarrollo humano y los procesos de desarrollo comunitario.

**Palabras clave:** SUAS; Desarrollo humano; Desarrollo comunitario; Psicología.

---

## Introdução

O trabalho da Psicologia nas políticas públicas vem sendo alvo de diversas pesquisas e debates ao longo das últimas décadas. No campo da Assistência Social, esta temática ganha relevância especial a partir da publicação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB–RH/SUAS) em 2011, que indica a inclusão de psicólogas e psicólogos enquanto membros das equipes técnicas dos serviços socioassistenciais que compõem o Sistema Único Assistência Social (SUAS).

De acordo com as indicações expressas na Norma Operacional Básica do SUAS (Brasil, 2005), este sistema tem como foco a ampliação do atendimento à população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza e/ou fragilização de vínculos sociais e de

pertencimento, que se encontram em situação de privação seja pela ausência de renda como também pelo limitado ou inexistente acesso e usufruto a direitos ou serviços oriundos das demais políticas públicas.

Inseridos nestes espaços, os profissionais da Psicologia têm como demanda a construção de um trabalho social que rompa com a lógica de atendimentos pontuais e fragmentados, na mesma medida em que se faça desvinculado de modelos assistencialistas e clientelistas. Sobre as finalidades para esta atuação, as orientações indicadas pelas normativas oficiais do SUAS apontam tanto para a promoção de ações voltadas ao desenvolvimento humano, com vistas a favorecer o exercício de autonomia e o protagonismo por parte dos usuários, quanto para uma dimensão ligada ao desenvolvimento comunitário através de fortalecimento dos vínculos familiares e

comunitários de modo a favorecer processos de participação e mobilização social e o sentimento de coletividade (Brasil, 2012). Nessa direção, conforme pontua a Conselho Federal de Psicologia, a prática profissional neste campo configura-se enquanto uma atuação na área social voltada para cidade e “ao acesso à atenção e proteção da Assistência Social” (CFP, 2008, p. 33).

A partir deste cenário, a atuação do(a) psicólogo(a) enquanto promotor(a) da articulação entre processos de desenvolvimento humano e desenvolvimento comunitário no âmbito da Proteção Social Básica (PSB) no SUAS foi elencada como temática central da pesquisa mestrado a que este artigo se vincula. Como desdobramento desta investigação, este artigo tem como objetivo apresentar e discutir as percepções de psicólogas com experiência de atuação em serviços de PSB do SUAS acerca dos processos de desenvolvimento humano e comunitário bem como suas possíveis articulações com o trabalho realizado nos serviços em que atuam.

Enquanto estrutura de funcionamento, o SUAS encontra-se organizado a partir de dois níveis de complexidade, sendo eles a proteção social básica (PSB) e a proteção social especial

(PSE). Destinados a atender famílias e comunidades que se encontram em situação de vulnerabilidade social, os trabalhos no âmbito da PSB tem como foco a prevenção a situações de risco e de rompimento de vínculo familiares e comunitários, operando por meio do “[...] desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada” (Brasil, 2004, p. 33).

De acordo com os parâmetros referentes ao Serviço de Proteção Integral às Famílias (PAIF), que orientam o trabalho social com famílias na PSB, os procedimentos utilizados nos atendimentos devem “fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir com a melhoria de sua qualidade de vida” (Brasil, 2009, p. 6), constituindo-se assim ações voltadas ao desenvolvimento humano de modo a “[...] favorecer processos de mudança e de desenvolvimento de protagonismo e da autonomia, prevenindo a ocorrência de situações de risco social” (Brasil, 2012, p.23).

Em paralelo a estas indicações, destaca-se que a territorialização é

indicada como um dos eixos estruturantes do SUAS, com vista a possibilitar a descentralização dos serviços e maior proximidade com a realidade do público contemplado pela PNAS. Esta noção designa que os serviços e programas devem ser realizados nas localidades em que se encontram os sujeitos a serem atendidos e, para tal, os equipamentos por eles responsáveis devem estar instalados nos territórios em que vivem esta população.

Importante ressaltar que a noção de território não se restringe a demarcações geográficas, mas, de modo mais amplo, compreende um espaço humano, habitado. Ou seja, o território não é somente uma porção específica de terra, mas uma localidade marcada pelas pessoas que nela vivem. Assim, o conceito de território abrange as relações de reconhecimento, afetividade e identidade entre os indivíduos que compartilham a vida em determinada localidade (Brasil, 2009a, p. 13).

Deste modo, para além do atendimento familiar, devem ser realizadas no território “Ações Comunitárias” que reúnam os usuários em atividades coletivas com enfoque em objetivos comuns, com vistas a “promover a comunicação

comunitária, a mobilização social e o protagonismo da comunidade; fortalecer os vínculos entre as diversas famílias do território, desenvolver a sociabilidade, o sentimento de coletividade e a organização comunitária [...]” (Brasil, 2012, p. 35). Essas ações têm como foco central “o exercício da cidadania ativa, apreendida como um processo permanente de participação na vida social e política e de conquistas de novos direitos” (Brasil, 2012, p. 36).

Assim, o trabalho social se desloca a uma dupla tarefa. Por um lado, deve estar direcionado ao fortalecimento das famílias e o desenvolvimento de potencialidades entre seus membros que lhes possibilite melhores condições de existência. Por outro lado, acolhe para si uma aposta na ênfase no desenvolvimento comunitário e na participação social através do fomento a ações comunitárias direcionadas a transformações sociais mais amplas. Com isso, na atuação nos territórios, “se impõe a tarefa de se equacionar as necessidades postas pelas famílias individualmente e aquelas postas pelo conjunto das famílias, à medida que não podem se anular mutuamente” (Brasil, 2016, p.22).

Assim, dada a especificidade do objeto de trabalho em questão, a(o)

profissional que ali atua se depara com a necessidade de construção de práticas capazes de contemplar, ainda que parcialmente, a complexidade do contexto social em que o trabalho se realiza. Fundamentado no entendimento dos elementos subjetivos que atravessam esse contexto, precisa desenvolver uma compreensão que se expanda para além das necessidades e demandas pessoais dos sujeitos atendidos, de modo que possa também dar foco às vivências coletivas que permeiam os modos de vida específicos daquela localidade.

A proposta teórico-metodológica desenvolvida por Paulo Freire é indicada como um corpo teórico que se aproxima da perspectiva de trabalho defendida pelo SUAS (Brasil, 2012a). Tendo como base a análise das relações de opressão, fortemente marcadas pelo processo de desumanização que resulta da negação do outro enquanto sujeito (Freire, 1967), a proposta freireana encontra-se ancorada na crença no sujeito e em sua capacidade de enfrentamento às relações de dominação a que é submetido.

Segundo o autor, “Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode

criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias” (Freire, 2013a, p.27). Desta forma, mesmo diante do estabelecimento de condições opressivas que limitam as potencialidades humanas, o autor aponta que através da problematização do vivido torna-se possível a construção de novas formas de enfrentamento às dificuldades postas pelo mundo. Nesta perspectiva, o trabalho em uma política social que se ocupa diretamente da atuação junto a populações oprimidas e busca a construção de caminhos para o desenvolvimento humano e comunitário deve ter como horizonte o enfrentamento à condição de opressão.

Entendendo que a Política Nacional de Assistência Social busca pela consolidação de uma proposta de emancipação popular que perpassa o desenvolvimento do protagonismo e da autonomia com vistas a promoção de mudanças sociais mais amplas, partimos do pressuposto que a PSB no SUAS pode ser pensada como um espaço potencial para a realização de um trabalho voltado à promoção de processos de desenvolvimento humano e de desenvolvimento comunitário. Nesse sentido, entra em questão como os psicólogos(as) que atuam neste contexto compreendem tais processos.

## Metodologia

A metodologia que guiou a investigação pode ser definida como uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo cujo desenvolvimento ocorreu por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com psicólogas com experiência de atuação na PSB do SUAS. A pesquisa contou com a participação de 06 psicólogas atuantes em unidades de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), localizados em diferentes municípios da região norte do Paraná.

Os encontros para a realização das entrevistas ocorreram após a aprovação da pesquisa pelo o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos e as definições referentes ao dia, local e horário para a realização das entrevistas foram determinadas a critério das participantes. O convite inicial para integrar as entrevistas ocorreu em uma atividade de formação destinada a psicólogas(os) atuantes na PSB do SUAS, onde se deu o contato com a primeira entrevistada a partir do qual de desdobraram os convites seguintes a partir da técnica de amostragem bola de neve, em que o primeiro participante indica o próximo entrevistado (Vinuto, 2014).

No início das entrevistas foi entregue às participantes um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) constando os objetivos da pesquisa e os procedimentos que seriam utilizados. Além disso, este documento também apresentava a solicitação de autorização para a gravação da entrevista e a garantia de que suas identidades serão preservadas. Com vista a assegurar estas condições, as entrevistas gravadas foram transcritas de forma literal e passaram a ser identificadas numericamente de P1 a P6, garantindo o sigilo às entrevistadas.

Todas as participantes da pesquisa são mulheres, cujo tempo de atuação nos CRAS varia entre 06 meses e 08 anos, com destaque para o fato de que duas participantes também possuem experiência na função de coordenação de unidade. Dentre as entrevistadas, quatro realizaram a graduação em universidades públicas e duas em instituições privadas, sendo que o maior tempo de formação é de vinte anos e o menor é de quatro anos. Também se destaca que quatro delas possuem pós-graduação *lato sensu*, dentre as quais uma também realizou mestrado. Não foram coletadas durante as entrevistas informações referentes à idade, raça ou classe social das participantes.

O processo de análise das entrevistas foi realizado por meio da utilização do método de análise de conteúdo de acordo com a sistematização proposta por Bardin (1977). Na fase I, referente à pré-análise, buscou-se a definição de um corpus da análise por meio da leitura flutuante das entrevistas transcritas, sendo realizada uma leitura preliminar e inicial das transcrições que compuseram o material a ser analisado, com vistas a estabelecer indicadores a serem utilizados no processo analítico. A fase II, que consiste no procedimento de exploração do material, foi dedicada ao processo de definição de categorias e unidades de análise através da sistematização dos conteúdos emergentes do material coletado, tendo como base os objetivos buscados nesta pesquisa. Já na fase III, voltada ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação, partiu-se das categorias definidas na etapa anterior dando seguimento a análise com a realização da interpretação destes conteúdos.

Os blocos referentes às categorias observadas nas entrevistas foram analisados a partir das orientações para o desenvolvimento do trabalho da(o) psicóloga(o) na PSB, tanto do Ministério do Desenvolvimento Social quanto do

Conselho Federal de Psicologia, e também a partir estudo teórico realizado baseado em Paulo Freire e outros pesquisadores deste campo. Neste processo, buscou-se a identificação e discussão entre as convergências e divergências entre os materiais indicados e falas emergentes nas entrevistas. Dentre os conteúdos que compuseram os relatos das psicólogas, destacaram-se elementos relativos às categorias “formação e inserção profissional da Psicologia no SUAS”, “o papel do profissional na promoção de mudanças e na consolidação dos serviços” e “as especificidades do trabalho na PSB do SUAS”. Somados a estas as categorias definidas a partir dos dados levantados, a pesquisa teve disparadores iniciais os tópicos: “desenvolvimento humano” e “desenvolvimento comunitário”, tendo em vista os objetivos estudados. Os resultados observados e as discussões referentes à análise dos tópicos desenvolvimento humano e comunitário são apresentados a seguir.

### **Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Comunitário no SUAS**

No que tange ao entendimento das psicólogas acerca do desenvolvimento humano, o primeiro ponto que se destaca é

a compreensão deste como um processo de reconhecer-se e ser reconhecido enquanto sujeito. Isso pode ser visto na fala das participantes P3 e P4 que ora apontam para uma perspectiva individual, ora em vinculação à ideia de relação entre sujeitos:

Bom, pensando agora, o que me vem imediatamente em pensar em desenvolvimento humano é olhar para a pessoa como sujeito e não pensando que eu tenho essa capacidade, esse potencial de desenvolver alguém, pelo contrário, a própria pessoa se desenvolver a partir do repertório, das condições, de tudo que ela mesma tem ali. Talvez o nosso trabalho seja levá-la a perceber isso de alguma forma, falando agora no individual mesmo, nesse sentido individual (P3).

... o que eu acho que seria desenvolvimento humano? Eu acho que a gente vai aprendendo formas de relação no contato com o outro, então quais são as formas de relação que eu posso ter com o outro? Então, de que forma eu me coloco no mundo? Eu me coloco no mundo por exemplo como aquele ser que necessita de uma caridade,

de uma ajuda do psicólogo ou do assistente social? Mas não né, não é isso, você é um sujeito. E aí eu acho que o desenvolvimento humano ele passa por isso, você se identificar enquanto sujeito, enquanto aquele que tem direito, aquele que quer alguma coisa e não quer outra, que quer falar sobre isso ou não quer falar sobre isso, que não quer a visita, que não vai te atender naquela hora, que ta bravo com você e tudo bem estar bravo... Acho que é isso, mas essa é uma coisa que eu vou ter que pensar (P4).

Nota-se, a partir das falas acima apresentadas, que a ideia “ser sujeito” se faz articulada às noções de possibilidade de fala, de tomada de decisão e de autonomia diante das escolhas feitas a partir das condições e possibilidades que vivencia. Além disso, como também é sinalizado na fala das psicólogas, no âmbito da Assistência Social esta discussão vincula-se também à oposição entre as concepções de sujeito de direitos e o objeto da caridade. Neste sentido, tornar-se sujeito estaria igualmente associado à possibilidade de reconhecer-se enquanto portador de direitos sociais e de

oportunidades para a participação cidadã.

Outra concepção que se faz presente na fala de uma das psicólogas situa o entendimento sobre desenvolvimento humano como um processo pessoal de aprimoramento, crescimento e/ou evolução, ligado a capacidade de busca por melhores condições e as possibilidades de acesso à oportunidades e conhecimentos:

Eu entendo como a capacidade de aprimoramento das suas condições, das suas ferramentas de lidar com a vida, do que cada um é capaz de fazer, buscar, ter de oferta e acesso para evoluir, no sentido tanto de habilidades sociais quanto de buscar conhecimento, revisitar algumas coisas da sua história, acho que eu vejo meio que por aí, como pessoa, e talvez como psicóloga ter a capacidade de oferecer algumas condições pra isso, para promover o desenvolvimento humano (P6).

Destaca-se que as normativas oficiais dos serviços apontam que o desenvolvimento de autonomia figura como uma das seguranças a serem aprofundadas pela PNAS, de modo que

caberia aos espaços socioassistenciais a oferta de condições para o desenvolvimento de potencialidades dos sujeitos que lhes garantissem a conquista de um maior grau de independência pessoal (Brasil, 2005). Com isso, alinhada a esta perspectiva disseminada pelos documentos da política, ações promotoras de desenvolvimento humano estariam voltadas a garantir aos sujeitos melhores condições para gerir a vida e buscar alternativas com base em seu próprio interesse, sem que se esteja vinculado em uma posição de dependência ou sujeição a terceiros. Tal visão é expressa da fala que segue:

Eu penso que é a pessoa procurar algo pra ela que ela sinta bem, que é ela ter autonomia, ela poder decidir sobre a vida dela, ela ter conhecimento, ter oportunidade. Porque às vezes eu penso que a pessoa que não tem essa oportunidade, um conhecimento, ela não consegue nem decidir sobre a vida dela, ela é levada. Às vezes ela... a gente vê as pessoas falando “é assim porque quer”, eu penso não, que desenvolvimento humano é isso: você tomar a rédea de sua vida, você definir, você não ser

levado, sabe. Você fazer da sua vida algo que seja bom pra você. Você saber que você pode crescer, você ter conhecimento (P1).

Evidencia-se também outro elemento que, ligado ao contexto de trabalho na PSB, atravessa as percepções sobre desenvolvimento humano apresentadas pelas psicólogas e diz respeito às condições de vida ou oportunidades para este desenvolvimento. Observa-se que em decorrência do cenário social em que se situamos usuários atendidos, as participantes se questionam acerca das condições de possibilidade que estes possuem de fato para seu pleno desenvolvimento enquanto sujeitos.

Em virtude do estabelecimento de relações de dominação que direcionam mulheres e homens à condição de objetos, Freire (1970) indica que a opressão social impõe condições desumanizantes aos sujeitos na medida em que suas manifestações inviabilizam ao movimento humano de busca por ser mais. Em consonância com a visão do autor, este entendimento é também indicado por uma das participantes ao refletir sobre seu contato com usuários do CRAS. De acordo com esta profissional:

A primeira vez que você falou pra mim “o que você acha sobre desenvolvimento humano?”, eu acho que é a possibilidade, ou a potencialidade, a potência que o ser humano tem de ser, entende? De ser mais, que Paulo Freire fala por exemplo. E aí, eu lembro que o que me causava tristeza e incômodo é o fato de que as pessoas estavam inseridas em um contexto que às vezes o desenvolvimento ele tava muito, muito aquém a aquilo, ao que a pessoa por exemplo poderia ser entendeu? (P4).

Nesse sentido, a participante aponta para os entraves concretos impostos pelas condições de existência que marcam o cotidiano desta população em decorrência dos processos de opressão social. Esta observação fica ainda mais explícita na posição de outra participante que, em sua fala, pontua a seguinte questão:

[...] o público que a gente trabalha prioritariamente às vezes é tão, tem esse aspecto, é tão sofrido, tão miserável, em situações de miséria mesmo, que às vezes nem tem

condições de chegar a isso. Sabe o Maslow lá? Tá na lá na última, tá na fome, então não chega no desenvolvimento humano, fica lá na fome mesmo matando no almoço pra comer na janta e assim, geralmente, o Estado não consegue garantir muita coisa, garante o mínimo do mínimo pra ele sair do patamar da fome e avançar e pensar em se desenvolver. Então eu sinto assim, que infelizmente a gente trabalha com situações em que as condições de humanidade é pouca, pela miséria, pela violência do tráfico e tantas outras coisas, que as pessoas vivem em situações muito precárias, muito subumanas, que realmente não tem tempo pra pensar em desenvolvimento humano, “eu tô com a barriga vazia”, e isso torna muito difícil o trabalho (P6).

Na fala desta participante, as condições de miserabilidade, pobreza e violência que permeiam o cotidiano público atendido são indicados como elementos desumanizantes que incidem sobre esta população.

Em um cenário de opressão social, a desumanização se apresenta como

possibilidade histórica resultante da ordem social injusta (Freire, 1970). Entretanto, o reconhecimento de condições desumanizantes frutos de tal condição não se coloca como ponto de impedimento à ação, ao contrário, sinaliza para o ponto de partida necessário que justifica e fundamenta o agir. Destaca-se, a partir da perspectiva freireana, que

[...] reconhecendo o estado de objetos em que se acham as massas populares na situação concreta de opressão, reconhece também a possibilidade que elas têm de, mobilizando-se e organizando-se na luta contra a exploração, se tornar sujeitos da transformação política da sociedade (Freire, 2001, p. 46).

Em pesquisa realizada por Dantas e Oliveira (2015) com que psicólogas(os) que atuam em CRAS, as autoras destacam que a pobreza é vista por parte dos(as) profissionais como elemento dificultador ao trabalho no serviço. Frente a esta observação, as autoras questionam: “[...] como a pobreza pode ser limitadora da ação, se ela é exatamente a razão de ser do serviço?” (p. 189). Nesta direção, caberia justamente aos serviços a construção de alternativas de ação que possibilitem aos

usuários a garantia de direitos bem como o fortalecimento destes para o enfrentamento das adversidades postas.

Reconhecendo a condição de opressão, o resgate à postura ativa do humano diante do mundo se constitui enquanto caminho para a busca pela humanização. Assim, o trabalho precisa ter como premissa a compreensão de que “fazendo e refazendo as coisas e transformando o mundo, os homens podem superar a situação em que estão sendo um quase não ser e passar a ser um estar sendo em busca do ser mais” (Freire, 2013b, p. 67).

Ressalta-se que, em uma perspectiva freireana, a busca pela superação das amarras concretas postas pelo contexto de opressão se coloca como tarefa humanizadora que extrapola os contornos da ação individual. Nessa direção, foi possível também observar a partir das entrevistas realizadas, elementos que indicam uma relação entre questões individuais e coletivas no que se refere aos processos de desenvolvimento humano.

Nossa é uma pergunta bem complexa... desenvolvimento humano, eu acho que envolve também assim um crescimento, um

desenvolvimento mais individual, quanto coletivo, porque a gente já nasce em um meio coletivo, a gente precisa de um meio coletivo, então eu acho que perpassa essas duas vias. Tanto como um afeta no outro, eu tenho que me desenvolver, mas eu preciso do outro para isso e o outro precisa de mim. Então eu acho que é a troca tanto de relações, tanto de lugares que se passa, experiências, tudo isso vai agregando, mas principalmente as relações. As pessoas, o ser humano, não fica sem o outro, sem a relação (P2).

Nesse sentido, as falas das participantes apontam que há uma aproximação entre as questões individuais e comunitárias apresentadas nos serviços. Destaca-se que as psicólogas expressaram majoritariamente que as questões abarcadas pelos serviços em que atuam, identificadas por meio das queixas apresentadas pelos usuários, dizem respeito a elementos que incidem coletivamente nas comunidades atendidas.

Todas as demandas são coletivas. Porque às vezes eles vêm com uma

questão da escola, do filho dentro da escola, só que a escola, a questão, é daquele cotidiano. A questão da moradia: “nossa, estou em um lugar que dá enchente”, também é. Eu acho que toda a demanda que tem ali é coletiva (P1).

Tem, tem, muito, assim, pra mim o que sempre foi muito... primeiro a questão da pobreza, da pobreza então ligada a baixa escolaridade, a informalidade, a histórias de vida muito parecidas de pessoas que não conseguem sair da condição de pobreza, e isso é coletivo, não é um fenômeno da fulana ou da sicrana (P6).

Assim, há uma compreensão por parte das profissionais em relação aos atravessamentos coletivos que compõem as problemáticas abarcadas pelos serviços socioassistenciais, assumindo que estas se vinculam a questões de ordem social mais amplas que extrapolam as dimensões individuais. Em contrapartida, ainda que estes atravessamentos coletivos sejam observados e considerados pela equipe técnica no decorrer de sua atuação, há também a indicação de que em muitas das vezes esta percepção fica restrita aos

técnicos, mantendo-se limitada em termos de potenciais reflexões junto à população. Frente ao questionamento sobre a observação de demandas coletivas em seu trabalho, uma das participantes responde também de forma afirmativa, mas complementa:

Sim, sim. Na verdade, eu acho que ainda não chegou nesse ponto, a gente dá esse nome de demandas coletivas porque a gente identifica no individual. Mas de fato essa organização para chegar em um ponto de uma demanda coletiva, de observar a demanda que é levada como coletiva também, isso eu ainda não percebo, essa organização eu ainda não percebo. A gente é que coletiviza a demanda por perceber muita coisa em comum. Mas esse trabalho para que as pessoas entendam que é coletiva eu acho que ainda é um processo (P3).

Evidencia-se nesta fala o indicativo de um processo de trabalho no qual parte-se inicialmente da escuta individual, através de atendimentos particularizados, de modo que a compreensão acerca dos atravessamentos coletivos presente na

realidade fica restrita à análise e saber técnico, sendo esta apresentada ou compartilhada com a comunidade em um momento posterior, indicando que se trata de função/tarefa secundária da atuação do profissional. Nessa direção, se coloca na contramão a um processo coletivo e comunitário de construção de saberes sobre a realidade compartilhada que reconheça a participação dos usuários no reconhecimento e reflexão acerca dos atravessadores comuns.

Conforme pontuam Freitas e Guareschi (2014), em uma sociedade que parece não perceber as pessoas em situação de pobreza como cidadãos, o reconhecimento dos usuários como sujeitos de direito é um importante elemento apontado pela PNAS, entretanto, como indicam os autores

[...] somente considerá-los sujeitos de direitos não basta. É necessário que, ao se tornarem gradativamente sujeitos de direitos, incluindo-se o direito de lutar por esses direitos, os usuários possam envolver-se em ações coletivas com vistas à construção de uma nova sociabilidade, mais igualitária, mais solidária e mais democrática.

(Freitas & Guareschi, 2014, p. 157).

Nesse sentido, mais do que se concentrar nas queixas individuais observadas, é preciso voltar a atenção para ações coletivas que integrem os sujeitos no processo reflexivo de compreensão acerca das problemáticas sociais de modo que possamos, tal qual indica Freire (2015, p. 40), de promover articulações capazes de “[...] abordar problemas de uma maneira que convide as pessoas a compreenderem a relação entre o problema e outros fatores, como a política da opressão”.

Nesta direção, quando questionadas acerca do elemento desenvolvimento comunitário, predominam nos relatos das psicólogas concepções que apontam para a necessidade de observação ou de construção de uma “noção de comunidade” que se faz vinculada às redes de relações que se estabelecem entre as famílias no território.

Desenvolvimento comunitário? Primeiro, o espírito, o entendimento do espírito de comunidade né. Mas às vezes esse entendimento não está explícito, mas a gente vê por exemplo na

dinâmica que acontece no bairro né. Então, ah, de uma família ficar cuidando da outra enquanto a mãe dessas crianças está trabalhando né, essa ideia de comunitário (P4).

Enquanto desdobramentos, indica-se que este processo de reconhecimento da dimensão comunitária pode se efetivar na ampliação das relações de solidariedade e mútua colaboração entre os sujeitos bem como na emergência de articulações voltadas a luta coletiva por garantia de direitos e participação social:

Eu acho que desenvolvimento comunitário tem a ver com a capacidade de articulação que aquela comunidade pode adquirir ou não, tanto de uma união no sentido de mútua ajuda entre eles mesmos, uma noção de comunidade, em que as pessoas podem contar umas com as outras, quanto de exigências e garantias de direitos, participação social, essas questões, pra mim passa por esses dois lados (P6).

Você me perguntando me vem ocupar espaços. Seja o espaço do CRAS, a comunidade se apropriar daquele espaço, se apropriar do

parque que tem lá, do centro, se apropriar do espaço para moradores ... , associação dos moradores né, conhecer as famílias, como eu estou em uma cidade menor ... acaba conhecendo a família de todo mundo, se aproximando mais. Então, ter uma apropriação dos espaços que você passa, nem sempre é possível, mas os espaços mais próximos. E também mais uma vez das relações (P2).

Esses apontamentos vão ao encontro com o que apresenta Martins e Silva (2020) em pesquisa com psicólogas atuantes em CRAS do Paraná ao indicar, na percepção destas profissionais, o reconhecimento do espaço público dos CRAS como potencializador de participação popular. Conforme apresenta a autora, as profissionais entendem que este pode ser potencializado por meio de estratégias como a acolhida, a escuta qualificada e especialmente a partir de atividades coletivas, como oficinas e ações comunitárias, através das quais a Psicologia pode contribuir para que os sujeitos se apropriem da política e ocupem seus espaços.

Retomando os entendimentos acerca do desenvolvimento comunitário

expressos pelas participantes, destacou-se também a concepção deste enquanto processo a ser realizado e que, ainda que possua potencialidades, esbarra igualmente com elementos dificultadores para a sua concretização.

[...] é algo que precisa ser desenvolvido, porque assim, no final das contas, a gente não tem esse pensamento de comunidade, o que a gente tem é o entendimento de individual, de particular, de privado né. Mesmo quando eu vou por exemplo no CRAS eu estou pensando na minha família, porque assim, tem algumas questões que precisam ser tratadas ali na minha família né. Então eu acho que é essa ideia de comunitário, ter essa ideia de comunidade” (P4).

Destaca-se, deste modo, que a ideia de comunidade e coletividade são entendimentos a serem desenvolvidos no cotidiano dos serviços e que se defrontam com a predominância das concepções individualizantes e privativas usualmente difundidas na sociedade e apresentadas pelos usuários ao buscarem no SUAS respostas concretas, e em grande parte das

vezes materiais, para questões particulares que vivenciam em suas famílias.

Além disso, e com relação às dificuldades encontradas para operar em uma perspectiva de desenvolvimento humano e comunitário, evidenciam-se nas entrevistas diferentes aspectos vistos como limitadores à ação. Nesse sentido, uma das participantes ressalta como um elemento que contribui para o baixo interesse dos usuários em participar de ações que englobem outras dimensões da vida além da necessidade de suporte material:

No meu ver, parte muito do desejo da pessoa e esse talvez seja um dos grandes nós da Assistência, porque assim, a grande demanda não é por desenvolvimento humano, no sentido de que a grande demanda é justamente pelo “dar”, “eu quero”, o “eu preciso” também, mas o “eu quero”. E aí, a gente fica meio que “socando” o desenvolvimento humano, tentando oferecer outra coisa. Não totalmente é claro, tem pessoas e pessoas, tem pessoas que às vezes só precisam de uma oferta pra ela perceber aquilo, da gente pensar determinada situação por outro ângulo, e pensar no que levou

a situação dela de pobreza estar daquele jeito, que pode ser diferente, ou em situações de violência que são muitas, e muitas e muitas, mas no geral não é a demanda (P6).

Pontua-se, deste modo, que o reconhecimento da política por parte da população como um espaço destinado apenas a concessão de benefícios opera como fator limitador das possibilidades de ação dos serviços. Mais do que isso, destaca-se nos relatos que muitas vezes as urgências postas por situações concretas vivenciadas pelas famílias levam a equipe a privilegiar a atenção às demandas individuais, dadas às condições de vulnerabilidade nelas manifestas. Assim, em relação às possíveis dificuldades para a promoção de articulações entre desenvolvimento humano e comunitário nestes serviços, uma das entrevistadas pontua:

Eu não sei se difícil é a palavra. Eu acho que às vezes, como eu coloquei, da gente se fechar nas demandas individuais, pensando agora me vem algumas situações, por exemplo, situações de violência familiar, violência doméstica,

situações de saúde mental, que muitas vezes as famílias estão em uma situação de fragilidade que talvez seja até importante trabalhar também as questões coletivas, mas que a gente entende que com essa fragilidade talvez seja o momento de poupar as famílias de algumas coisas. Mas, se for pensar bem, às vezes até era o momento de tentar trazê-las para outros espaços. Eu penso nessas situações porque é o que acaba sugando mais o nosso tempo, nossa energia, nosso trabalho, nossa preocupação diária. Então, como eu falei, eu não acho que seria difícil de se trabalhar essa questão, mas eu acho que não é o que se sobressai no dia a dia (P3).

Ainda sobre este ponto, outra participante sinaliza que em sua experiência profissional, as situações em que pôde observar avanços em relação aos processos de desenvolvimento comunitário, estes se originaram organicamente no interior das comunidades, pouco se beneficiando das ações sistemáticas previstas pelos serviços socioassistenciais. Segundo a participante:

...aonde eu vejo desenvolvimento comunitário, vem de uma manifestação espontânea daquela comunidade, não tem a ver com o poder público, não foi o poder público que foi lá, o poder público aproveitou de um movimento que já existia naquela região (P5).

Este aspecto parece indicar que há ainda um distanciamento entre os empreendimentos dos serviços e as dinâmicas comunitárias, em especial quanto a ações voltadas a fomentar novas articulações.

Segundo as indicações postas pelo Conselho Federal de Psicologia para a atuação no SUAS, entende-se que os conteúdos e técnicas desenvolvidos pela Psicologia para o manejo de grupos podem possibilitar que estes profissionais assumam um papel relevante para a condução de atividades coletivas (CFP, 2016). Todavia, conforme sinaliza a fala de P3, a operacionalização de ações grupais capazes de desencadear processos comunitários ligados a uma identidade coletiva se coloca como tarefa complexa a se desempenhar:

Assim, até pensando um pouco no trabalho com essa questão da coletividade, eu vejo que é difícil a gente conseguir essa identidade coletiva, porque, muitas vezes você tem o grupo de pessoas ali, mas ter um coletivo? Ok, você consegue reunir, mas esse trabalho no sentido coletivo, eu acho que isso também pode estar relacionado com essa questão do desenvolvimento, de ter um objetivo ali não só individual, da pessoa, mas enquanto coletivo. A própria identidade, como eu falei, às vezes até famílias que moram no mesmo bairro no mesmo território, mas não é simples assim, não é fácil, às vezes é uma questão (P3).

Com isso, evidencia-se que as ações nesta direção demandam um constante processo de construção para a sua efetivação. Para tanto, as oportunidades de compartilhamento e socialização das demandas são apontadas como estratégias para a construção de um entendimento da coletividade.

... eu acho que você desenvolve isso pensando que estamos em

processo de socialização, que a gente não vive sozinho, a gente vive em comunidade, que algumas demandas que são minhas não são só minhas, que quando a gente torna generalizado, socializado, as chances que a gente tem por exemplo de mudanças dessa realidade é maior, entende? (P4)

Ainda sobre esta questão, outra participante destaca que a temporalidade que este desenvolvimento demanda pressupõe perspectivas de construção em longo prazo cujos resultados imediatos podem ser pouco visíveis, dificultando assim a capacidade de avaliação sobre os efeitos gerados.

É que eu acho que o nosso trabalho é um trabalho que ele está lidando com o ser humano e ele demora, e ele é pequeno, ele vai acontecendo... Então é difícil as pessoas identificarem isso em curto prazo, mas ele tem um grande resultado para a comunidade e para o coletivo (P1).

Nesse sentido, mesmo que limitações tenham sido expressas nos discursos das psicólogas, predominaram

nas entrevistas percepções que apontam para a potencialidade dos serviços PSB enquanto espaços de desenvolvimento humano e comunitário, especialmente em decorrência da proximidade com os territórios de atenção.

Sim, eu acredito, não como uma tarefa muito simples e tudo mais, mas eu acredito muito que é um espaço dentro da política. Outros podem ser, claro que podem, mas isso de estar no território eu acho que é um potencial muito grande e que às vezes a gente até não valoriza tanto o fato da gente estar ali ... Então a gente também tem que ter esse cuidado de se voltar mais para o local onde a gente trabalha, para o território do CRAS, entendendo que sim, a partir do conhecimento que a gente tem da realidade e que as famílias têm também e trazem isso para nós. Eu acredito muito, que com certeza é um dos objetivos ... eu acho que esse também pode ser considerado um objetivo desse nosso trabalho, mas é um processo (P3).

Nesta direção, as profissionais acreditam que a atuação da Psicologia

pode se compor como um elemento que favoreça a promoção e articulação entre estes processos de desenvolvimento humano e comunitário, conforme afirma P4:

Acredito que sim, porque, por exemplo, se eu tenho um entendimento de que a pessoa, o indivíduo, ele é um ser social, e que ele tá nesse movimento, sim isso acontece. Então, se eu tenho ideia de que aquela pessoa é um ser que vive em comunidade, eu necessariamente também posso articular, fazer esse processo mais comunitário também. Eu acredito que sim, porque o desenvolvimento humano ele não é apenas o desenvolvimento da pessoa né, ele é o desenvolvimento do lugar onde a pessoa está também, onde ela está inserida.

Enquanto fundamento para a promoção destes processos de desenvolvimento, a ideia de incremento ou valorização da relação entre os sujeitos foi apontada pelas profissionais em diversos pontos de suas falas. Assim, a potencialização das relações é indicada

como um elemento através do qual profissionais de Psicologia teriam condições de operar de modo a promover e articular processos de desenvolvimento humano e comunitário:

[...] eu acho que justamente essa troca acontece por meio do contato, da conversa, do boca a boca digamos assim. E o psicólogo trabalha com a palavra, assim, principalmente ouvindo, mas não só, tem muito também essa troca entre saber ouvir e também trazer, por exemplo na proteção básica, alguma informação mas sempre estar aberto a ouvir o que vem de demanda ... Então, como a base é o relacionamento, é a conversa, a troca, eu acho que o psicólogo tá muito bem dentro disso, por mais difícil que seja às vezes a gente ver isso em um território ou em algo que não seja o individual propriamente dito, mas as relações (P2).

Eu acho que acontece com a relação, na relação que a gente estabelece com as pessoas, no entendimento que a gente tem sobre o ser humano, o que é ser

humano, qual o entendimento que a gente tem das pessoas que a gente atende, que elas não são coitadas, que não são incapazes. Então, qual é a ideia que eu tenho de ser humano? Qual o meu entendimento de sociedade? Qual o meu entendimento de política pública? Tudo isso pode fazer com que esse seja um espaço de desenvolvimento humano, com toda e certeza, com toda a certeza. Assim como também pode ser uma espaço de tristeza, de definhamento do ser humano, entende? Mas eu acredito sim que é um espaço de desenvolvimento (P4).

Tal como indica Freire (1970) por meio da relação dialógica entre sujeitos é possível a promoção e a construção de novos saberes, coletivamente construídos, que pautados na postura reflexiva diante de questões que os atravessam subsidiam processo de transformação dos sujeitos e da sociedade. Essas relações, entretanto, não podem se materializar em espaços em que se predomina o mutismo e o silenciamento de mulheres e homens ou a crença de que estes são incapazes de refletir criticamente sobre sua realidade. Deste modo, se mostram enquanto relações

que requerem, enquanto premissa, o exercício da palavra enquanto fomentadora de reflexão e ação.

Tendo em vista que o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários se coloca como um dos objetivos da PSB, pensar na promoção de processos de desenvolvimento humano e comunitário por meio da expansão das relações entre os sujeitos pode sinalizar um caminho para a atuação de psicólogos(as) nesses espaços. Por sua vez, isto demanda destes profissionais a revisão de suas práticas e ferramentas de trabalho, com vistas a potencializar encontros dialógicos e reflexivos entre os diferentes atores da política, a partir do reconhecimento de que “[...] estimular o fortalecimento de vínculos significa também garantir espaços participativos na tomada de decisão e fomentá-los como estratégia socioeducativa. Significa experimentar a solidariedade e partilhar um mundo comum” (Brasil, 2017, p. 30).

Com isso, ressalta-se igualmente a importância do papel ocupado pelo profissional da Psicologia neste processo, com ênfase para as variações que podem ocorrer a depender das opções tomadas por estes profissionais no movimento de construção de suas ações. Conforme afirma uma das participantes:

Mas eu acho que assim, é um entendimento que precisa ter, assim, do profissional de Psicologia, e aí eu falo de mim, entende? Qual é a ideia de coletivo que eu tenho? Qual é a ideia de coletividade? E aí você se percebe também egoísta, você também se percebe pessimista, “eu acho que isso não é possível de se fazer né”. Então isso de pensar a comunidade é também uma questão que passa pelo profissional, que passa por mim necessariamente, sabe? E aí às vezes a gente tem que buscar experiências de fora, de outros profissionais que já trabalharam com isso e têm experiências vitoriosas ou que conseguiram mobilizar até em uma determinada parte (P4).

Deste modo, indica-se a necessidade de que nestes espaços haja uma destituição dos moldes tradicionais de se fazer Psicologia que favoreça a ampliação do olhar do trabalhador sobre o seu foco de atuação e suas possibilidades de intervenção.

Eu acho que sim, porque psicólogo trabalha com pessoas e em toda forma, seja no individual seja no coletivo, porque no coletivo estão as relações que envolvem o individual. Então, eu acho que tem muito a se trabalhar ainda no sentido de desmistificar mesmo, que não se trabalha apenas dentro do quadradinho da sala, pode ser na cidade, no piquenique, em um encerramento diferente que a gente faz, num grupo que tem dança. Muito se percebe por aí, nesses momentos assim diferentes, que a gente tem que achar um meio de se inserir. Mas como nós trabalhamos com pessoas não tem como fugir, a pessoa vive num meio que é a família, que é o bairro, o colégio, não sei, um grupo de amigos, então tudo perpassa por essas relações, não tem como o profissional fugir disso também (P2).

Pode-se notar, com base no que expressa a participante, que ações coletivas cujo universo de atuação seja expandido para além dos contornos dos serviços se constituem enquanto ferramentas que ampliam as possibilidades de formação de

vínculos coletivos. Para tanto, demandam a inserção do profissional em diferentes estratégias e cenários comunitários ainda pouco tradicionais ao exercício da Psicologia.

Assim, mais do que um processo de desenvolvimento voltado ao público atendido, esse processo estende-se também aos demais atores da política, representando especialmente aos psicólogos a necessidade de composição de modos de ação a partir da comunidade em que atuam.

### **Considerações Finais**

Com base nas entrevistas realizadas observa-se que as psicólogas percebem nos serviços da PSB a potencialidade para a promoção e articulação de processos de desenvolvimento humano e desenvolvimento comunitário em virtude da proximidade desses serviços com o território, da presença de demandas coletivas entre os usuários e da relevância das relações sociais no processo de desenvolvimento dos sujeitos. Em contrapartida, indicam também que no cotidiano de trabalho a realização de ações a partir desta perspectiva esbarra em diversas dificuldades, especialmente em função do distanciamento dos serviços das

dinâmicas das comunidades e das redes de relações cotidianas das pessoas que lá vivem.

O relato das profissionais parece indicar a existência de um processo de trabalho que se configura inicialmente a partir das demandas individuais trazidas pelas famílias, com base nas quais a equipe identifica atravessamentos coletivos que, posteriormente, possam desdobrar ações coletivas planejadas pelas(os) técnicas(os). Deste modo, na medida em que as ações se estruturam a partir de elementos identificados nas relações intrafamiliares por meio de ações particularizadas, perde-se de vista os movimentos e os modos de organização já presentes na comunidade, emergentes das redes de relações que se configuram no cotidiano da vida dos sujeitos.

Contudo, ainda que limites tenham sido observados, foi possível perceber que os trabalhos coletivos têm sido incentivados nos serviços em que as participantes atuam e vem sendo realizados a partir de diferentes modalidades de grupos e oficinas. Assim, as falas mostram que as psicólogas têm operado de modo a buscar construir alternativas de ação a partir das possibilidades que encontramem seu cotidiano de trabalho.

Nessa direção, o trabalho da

Psicologia nos serviços socioassistenciais pode se compor como um dos elementos para a materialização de uma práxis comprometida com os sujeitos e com as comunidades. Caminhar nesta direção perpassa pelo reconhecimento das contradições inerentes a própria política pública, seus entraves e impasses, mantendo ativa observação de suas potencialidades e avanços. De tal forma, salienta-se que o trabalho no campo da política de Assistência Social se coloca como um espaço fecundo para articulações críticas e inventivas que tenham como horizonte a construção de práticas alinhadas com a transformação da realidade social.

## Referências

- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. França: Presses Universitaires de France.
- Brasil. (2004) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social*. PNAS/2004. Brasília, MDS/SNAS.
- Brasil. (2005) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica do SUAS. NOB/SUAS*. Brasília, MDS/SNAS.
- Brasil. (2009b). Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução CNAS nº 109 de 11/11/2009. Brasília: CNAS/MDS.
- Brasil. (2012a). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações técnicas sobre o PAIF – volume 1*. Brasília, MDS.
- Brasil. (2016). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, MDS/SNAS.
- Brasil. (2017). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos*. Brasília, MDS/SNAS.
- Conselho Federal de Psicologia (2008). *Referências técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Brasília: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (2016). *Nota técnica com parâmetros para atuação das (os) profissionais de psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*. Brasília: CFP.
- Dantas, C. M. B. & Oliveira, I. F. (2015) A psicologia no campo da assistência social: concepções de pobreza dos psicólogos atuantes no CRAS. In A. Accorssi, A. B. S. Bousfield, H. S. Gonçalves, K. Aguiar, & R. S. L. Guzzo (Orgs.), *Distintas faces da questão social: desafios para a*

- Psicologia* (pp. 177- 196). Florianópolis : ABRAPSO.
- Freire, P. (1967). *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1970). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2013a). *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2013b). *Extensão ou Comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2015). *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freitas, C. R., & Guareschi, P. A. (2014). A Assistência Social no Brasil e os usuários: possibilidades e contradições. *Diálogo*, (25), 145-160.
- Martins, T. C., & Silva, R. B. (2020). A psicologia no CRAS: articulações possíveis para a participação popular. *Revista Polis e Psique*, 10(1), 144-163.
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44).

---

**Claudia de Godoi Ferreira de Almeida** é mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), na linha de pesquisa Psicologia Social e Processos Institucionais. É também psicóloga graduada pela Universidade Estadual de Londrina.

**E-mail:** [claudiagodoi.fa@gmail.com](mailto:claudiagodoi.fa@gmail.com)

**ORCID:** <http://orcid.org/0000-0001-5617-6417>

**Rafael Bianchi Silva** é doutor em Educação pela UNESP/Marília. É também mestre em Educação pela UEL e possui Pós-Doutorado em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá.

**E-mail:** [tibx211@yahoo.com.br](mailto:tibx211@yahoo.com.br)

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-1170-7920>

**Submissão: 04/03/2021**

**1ª avaliação: 07/06/2021**

**Aceite: 29/06/2021**